



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

- O assoreamento do Rio Mondego é apontado como um dos fatores que contribui para o impacto das cheias;

- Técnicos e responsáveis da Agência Portuguesa do Ambiente têm defendido, de acordo com notícias publicadas na imprensa local, que a operação de desassoreamento do rio não avançou, ainda, devido a questões técnicas, financeiras e ambientais;

- No início deste ano, e após novas cheias que inundaram as margens do Mondego na cidade de Coimbra, o Presidente da autarquia, Manuel Machado, referiu publicamente que estava a decorrer um estudo que agregava duas intervenções necessárias em simultâneo e que o desassoreamento do rio tinha que ser realizado em conjunto com a estabilização dos taludes;

- Em meados desta semana a APA fez saber que queria que o projeto de desassoreamento do rio Mondego, na albufeira do Açude-Ponte, fosse revisto, por forma a enquadrar a rota migratória de peixes diádromos – como por exemplo o sável, a lampreia-marinha ou a enguia-europeia.

- Segundo informações veiculadas pela imprensa, a referida rota, “recuperada através do projeto «Reabilitação dos Habitats de Peixes Diádromos na Bacia Hidrográfica do Mondego», coordenado pela Universidade de Évora, com o apoio técnico-científico do Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, implicou um investimento de 1,3 milhões de euros em equipamento localizados junto ao açude, na margem esquerda”, e foi aprovado e mandado executar pela própria APA;

- No entanto, e após uma reunião entre o Presidente da autarquia e o Secretário de Estado do Ambiente, no seguimento destas afirmações, este último garantiu que o desassoreamento vai mesmo avançar;

- Estas afirmações do SEA contradizem as da APA, um instituto público integrado na administração indireta do Estado, sob tutela do Ministério do Ambiente.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1 – Face às declarações contraditórias entre os responsáveis da Agência Portuguesa do Ambiente e o Secretário de Estado do Ambiente, solicitamos a V. Exa. se digne esclarecer se efetivamente as obras de desassoreamento do Rio Mondego, em Coimbra, vão avançar, ou não. E, em caso afirmativo, qual o calendário previsto?**

**2 – De que forma entende V. Exa. conciliar o calendário de concretização das obras com a preservação da rota migratória de peixes diádromos, sem afetar o processo migratório destas espécies?**

Palácio de São Bento, segunda-feira, 1 de Agosto de 2016

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)